



Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa



PROJETO EDUCATIVO

PROJETO EDUCATIVO



Primeiro semear,

Para depois colher.

Cofinanciado por:





“Conformar-se com o estado atual do mundo é a grande traição que diariamente nos tenta.

A resignação é o nosso pecado.”

Frei Bento Domingues, O.P. *in* Público de 2 de abril de 2017



Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa



Cofinanciado por:





Índice	
INTRODUÇÃO.....	4
A. A ESCOLA.....	4
1. Breve perspetiva histórica da escola	4
2. Estruturas de coordenação pedagógica.....	6
2.1. Órgãos de direção, administração e gestão	6
2.2. Departamentos curriculares	7
2.3. <i>Stakeholders</i> relevantes.....	8
2.4. Oferta atual.....	9
2.5. Plano de estudos.....	11
B. MISSÃO E VISÃO	16
1. Missão e visão	16
2. Análise <i>Swot</i>	18
I - Pontos Fortes.....	18
II - Áreas a melhorar	19
III - Constrangimentos	19
3. A Escola face ao Quadro EQAVET	20
4. Identificação dos objetivos estratégicos.....	20
5. Identificação dos indicadores	21
6. ENEC.....	21
6.1. Dimensões da Educação para a Cidadania	22
6.2. Processos orientadores da organização da escola e transversais a todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares.....	25
6.2.1. Aprendizagens esperadas em Cidadania e Desenvolvimento.....	25



6.2.2. Competências dos alunos a desenvolver ao longo dos Ensinos Básico e Secundário	26
6.3. Organização dos diferentes domínios da educação para a cidadania	28
6.3.1. Domínios de Educação para a Cidadania a trabalhar em cada Ciclo e nível de ensino	29
6.4. Formas de Operacionalização em Cidadania e Desenvolvimento	30
6.5. Parcerias	31
6.6. Avaliação	31
7. Autoavaliação	37
8. Cultura de gestão	38
9. Plano de Ação	40



INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto-Lei n.º 137/2012, que republica o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, no seu artigo 9.º, número 1, alínea a), entende-se o Projeto Educativo como “ o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.”

Emerge deste desiderato a consideração do Projeto Educativo de Escola como um instrumento de inovação e de mudança, como o elemento agregador, que alia o compromisso entre os interesses da política educativa nacional e as reais necessidades, aproximando inclusivamente os investimentos realizados nos resultados obtidos.

Tendo por intencionalidade responder às necessidades sentidas por parte da comunidade educativa, através de uma construção alicerçada em olhares diferentes sobre a organização e o funcionamento da Escola, e no querer e no saber de cada um e de todos os parceiros educativos, conforme determina o Decreto-Lei 55/2018 de 6 de julho e pretendendo que todos os alunos alcancem as competências previstas no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, de acordo com o Despacho nº6478/2017 de 26 de julho, assumimos como pretensão chegar a um documento realista e exequível, que defina um conjunto de finalidades e linhas de ação, com vista à consecução das metas pretendidas.

A. A ESCOLA

1. Breve perspetiva histórica da escola

A Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, doravante designada por EPAQL, é uma escola pública, resultante de uma doação por escritura pública a 15 de outubro de 1943 ao Estado português de um privado de nome Júlio de Melo e Matos, com a especial obrigação de nela se desenvolver ensino agrícola.

A Portaria n.º 16659 de 12 de Abril de 1958 criou as bases orgânicas da Escola Quinta da



Lageosa, como escola prática de agricultura regional que teve por fim:

Facultar a futuros agricultores, em cursos de três anos de duração, a educação geral e técnica que, por ulterior experiência profissional, os torne aptos a dirigirem as suas casas agrícolas ou a exercerem em explorações alheias funções de feitor e análogas.

Pelo Decreto-Lei n.º 548/70 de 12 de Novembro, a Escola passa a secção da Escola Comercial e Industrial Campos Melo, passando a designar-se Escola técnica campos Melo da Covilhã, mantendo, porém, no aspeto técnico pedagógico, a autonomia necessária ao desempenho da função de serviço agrícola regional que, nos termos da lei e em paralelo com as demais escolas técnicas agrícolas, lhe cabe desempenhar.

Em 27 de Março de 1973, por despacho conjunto do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado da Agricultura, é criado um grupo de trabalho para elaboração de um protocolo que possibilitasse à Secretaria de Estado da Agricultura fazer funcionar, na Quinta da Lageosa, uma exploração Agrícola Piloto, enquadrada na Escola Agrícola.

Pelo Decreto-Lei n.º 519-U1/79 de 29 de Dezembro é criada a partir de 1 de Outubro de 1979 a Escola Secundária de Aldeia do Souto, Quinta da Lageosa, Covilhã e, em consequência, é extinta a secção de Aldeia do Souto da Escola Secundária Campos Melo, na Covilhã.

Pelo Decreto-Lei n.º 418/91 de 26 de Outubro, de acordo com o seu artigo 1.º, e cumprindo uma vontade expressa pelo seu fundador, “ a Escola Secundária de Aldeia do Souto, Quinta da Lageosa, Covilhã, é convertida em Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, de natureza pública, no âmbito e alcance do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro. De acordo com o artigo 3.º “ são suportados pelo orçamento do Ministério da Educação todos os encargos resultantes do funcionamento da Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, incluindo os resultantes da exploração agrícola.”

Ao longo de mais de sessenta anos a EPAQL contribuiu para a formação de inúmeros profissionais nos domínios da agricultura, pecuária, espaços verdes e floresta, muitos dos quais se fixaram na região, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Inserida na Cova da Beira, na freguesia de Aldeia do Souto, apresenta os seus cerca de 320 ha nos concelhos da Covilhã e de Belmonte, estando a maior parte da sua área e a quase totalidade do património construído, situado no primeiro.

Do património da EPAQL fazem parte um conjunto diversificado de edifícios destacando-se



os do setor pecuário, armazéns e oficinas, junto dos quais estão implementadas algumas habitações para funcionários. No edifício central (Bloco A), concentram-se os Serviços Administrativos, a Direção, Anfiteatro, Sala/ Gabinetes de Professores, Biblioteca, Laboratório, Sala de Informática, Reprografia/ Papelaria e quatro Salas de Aula. Existem ainda dois blocos de salas: um com duas salas e outro com seis. Possui ainda, uma Sala de Mecânica, uma Residência Feminina e Masculina, um Museu Agrícola, portador de um excelente património, e um Polidesportivo

Dispõe, ainda, de um conjunto de recursos totalmente destinados ao desenvolvimento de competências inerentes ao perfil profissional dos alunos, nas diversas áreas de formação. Esses recursos, a saber, pomares de pomóideas e prunóideas, vinha, olival, floresta, pastagens, ovil, vacaria, pocilga, cavalariças e apiário, parque de máquinas e alfaias, constituem ambientes de aprendizagem e de aquisição e desenvolvimento de competências ímpares, incapazes de se praticar em quaisquer outras situações.

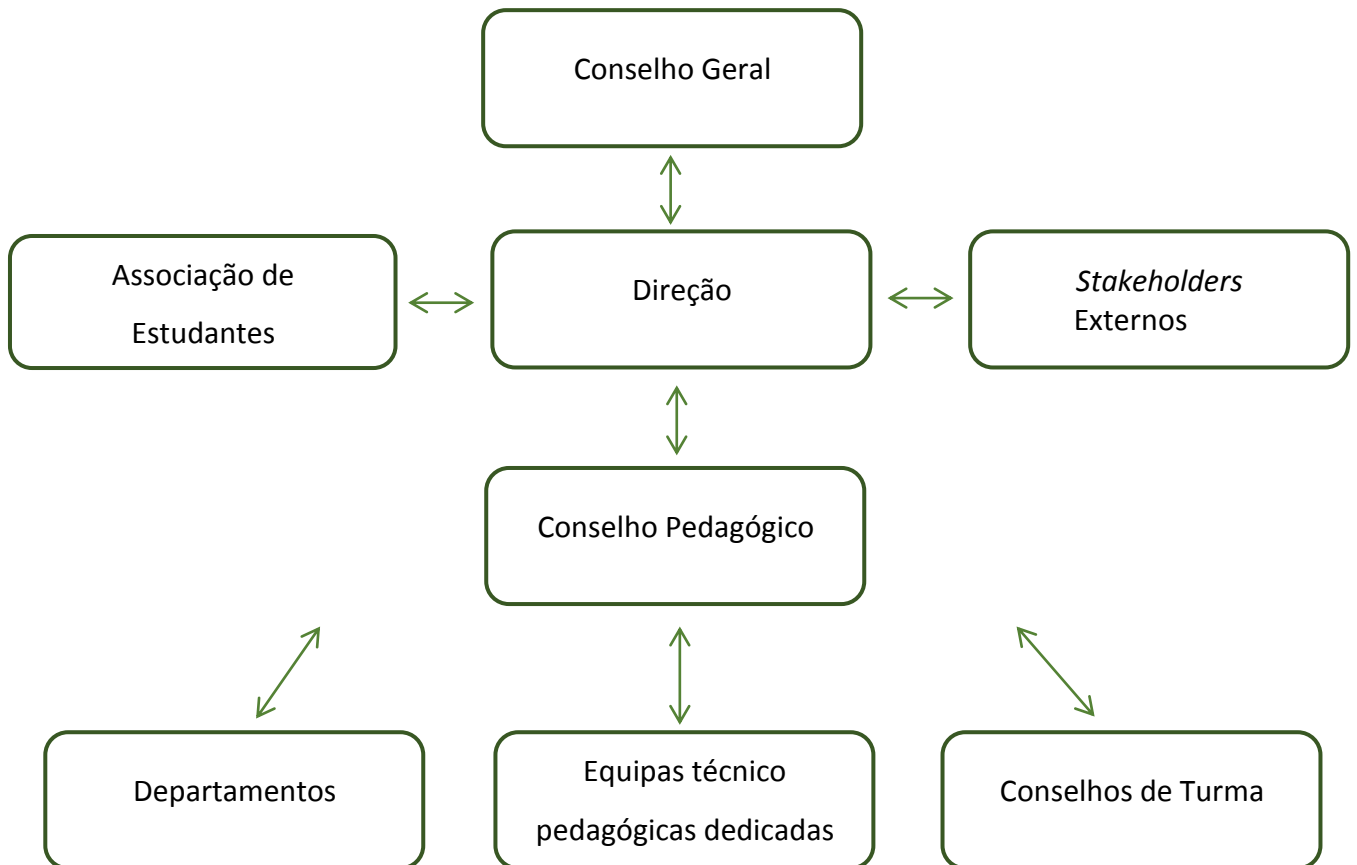
Todos esses recursos constituem uma amostra das inúmeras potencialidades regionais que ancoram o tão desejado desenvolvimento sustentável, e que se inserem numa região fortemente ameaçada pelo envelhecimento e declínio populacional e demais consequências indiretas, nomeadamente os seus efeitos sobre as regiões mais povoadas.

2. Estruturas de coordenação pedagógica

2.1. Órgãos de direção, administração e gestão

Os órgãos de direção, administração e gestão encontram-se estruturados como estipulado no Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, sendo compostos por conselho geral, diretor, conselho pedagógico e conselho administrativo.

O diretor exerce também a presidência do conselho pedagógico.



2.2. Departamentos curriculares

As diferentes áreas disciplinares estão agrupadas do seguinte modo:

Departamento de Humanidades	Departamento de Matemática e Ciências Experimentais	Departamento de Expressões
<ul style="list-style-type: none">• 300 (Português)• 320 (Francês)• 330 (Inglês)□ 410 (Filosofia)	<ul style="list-style-type: none">• 500 (Matemática)• 510 (Física e Química)• 520 (Biologia e Geologia)• 560 (Ciências Agropecuárias)• Técnicos Especializados	<ul style="list-style-type: none">• 550 (Informática)• 620 (Educação Física)• Técnicos especializados

2.3. Stakeholders relevantes

O processo de ensino e aprendizagem é complexo e gere um notável conjunto de variáveis que nem sempre estão em sintonia. Visando a preparação dos jovens para a sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho, a eficácia daquele processo está relacionada com os diversos *stakeholders* intervenientes, os quais devem ser chamados a participar nas diversas etapas do processo de ensino e aprendizagem.

Os *stakeholders* mais relevantes são:

1. Docentes;
2. Pais e encarregados de educação;
3. Assistentes operacionais;
4. Autarquia;
5. Empresários;
6. Associações profissionais do setor agroflorestal;
7. Instituições de ensino superior;
8. ONG's.

Dos três primeiros espera-se um acompanhamento permanente do aluno e um auxílio eficaz na construção do seu projeto de vida. Do quarto, e na continuação das ações passadas, fomentar-se-á uma maior proximidade e intervenção alargando-se os projetos já iniciados e criando novas

modalidades de parcerias, mormente aquelas que convergem na missão da EPAQL. Das restantes, preconiza-se uma maior participação na formação em contexto de trabalho (FCT), assim como no estabelecimento de competências profissionais mais valorizadas por estes.

2.4. Oferta atual

A oferta educativa tem por base as indicações da ANQEP, sendo posteriormente definida em sede de rede, todavia, ela passa sempre pela fileira agropecuária e silvícola.

A atual distribuição dos alunos pelas turmas/curso é a seguinte:

ANO	CURSO	Nº DE ALUNOS
8º	CEF - Operador de Máquinas Agrícolas	7
	CEF – Tratador e Desbastador de Equinos	8
9º	CEF - Operador de Máquinas Agrícolas	10
	CEF – Tratador e Desbastador de Equinos	9
10º	Técnico de Gestão Equina	7
	Técnico de Agropecuária	22
12º	Técnico de Gestão Equina	9
	Técnico de Gestão Ambiental	6
	Técnico de Gestão Agropecuária	16

O corpo discente é constituído fundamentalmente por alunos do género masculino, provenientes de ambiente muito diversificados. A maior parte entra nos cursos CEF ou Vocacional, consoante o ciclo governativo, o que denuncia uma reduzida aptidão destes alunos relativamente às matérias e metodologias de aprendizagem desenvolvidas no percurso curricular geral. Não raramente, também surgem alguns alunos que apresentam uma aversão à escola, sentindo-se

fortemente contrariados no seu ambiente de aprendizagem, trazendo já no seu percurso sérios anticorpos.

Para uma escola que se afirma como inclusiva, esta tipologia de alunos constitui um desafio, exigindo aos dos docentes uma constante renovação, invenção e adaptação das suas estratégias de ensino e aprendizagem, e aos para docentes um importantíssimo papel social, intensificado nos alunos residentes. Assim, a EPAQL assume-se como uma escola aprendente, sempre atenta aos sinais que emanam da sua comunidade e em busca das melhores soluções.

Caracterização do corpo discente no ano letivo de 2019/2020: Por idade, género e curso frequentado.

Idade/Curso	CEF 8º		CEF 9º		10º		12º TPA		12º		% da idade
	TDE / OMA		TDE/OMA		TPA / TGE				TGA/TGE		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
15	6	0	3	2	2	0	0	0	0	0	14
16	5	2	8	1	8	0	2	1	0	0	16
17	2	0	5	0	6	0	2	1	1	0	24
18 ou mais	0	0	2	0	7	2	12	0	10	4	42
Média da Idades	16	15	16	15	17	21	18	16	21	10	

Por concelho de residência

Concelho	Nº alunos
Almeida	1
Belmonte	7
Castelo Branco	4
Celorico da Beira	2
Covilhã	15
Figueira de Castelo Rodrigo	3
Fundão	9
Guarda	18



Idanha-a-Nova	3
Manteigas	2
Penamacor	4
Pinhel	6
Proença a Nova	1
Sabugal	1
Trancoso	5
Vila Velha do Rodão	1
Madeira	1
São Tomé e Príncipe	2
Cabo Verde	9

2.5. Plano de estudos

O plano de estudos de cada curso está elaborado de acordo com os normativos regulamentares em vigor apresentando-se, todos eles, divididos em três áreas curriculares, a saber: sociocultural, científica e tecnológica. A esta área acresce por força do Decreto-lei 55/2018 a implementação da Estratégia Nacional Educação para a Cidadania que se desenvolve de forma transversal em todos os cursos.

2.5.1. Cursos Educação e Formação

Operador Máquinas Agrícolas – 8º e 9º ano

1º Ano		CH	2º Ano		CH	3º Ano		CH	Disc.	CHT
Língua Portuguesa	S	100	Língua Portuguesa	S	92				LP	192
Inglês	S	100	Inglês	S	92				ING	192
Cidadania e Mundo Actual	S	100	Cidadania e Mundo Actual	S	92				CMA	192
Higiene, Saúde e Segurança no	S	30	Educação Física	S	48				HSST	30
Educação Física	S	48	Tecnologias de Informação e	S	43				EF	96
Tecnologias de Informação e	S	53	Matemática	C	100				TIC	96
Matemática	C	110	Ciências Naturais	C	60				MAT	210
Ciências Naturais	C	63	Preparação do Terreno	T	150				CNA	123
Preparação do Terreno	T	150	Tratamentos Fitossanitários	T	140				PTA	300
Tratamentos Fitossanitários	T	140	Equipamentos de Corte e	T	94				TFDF	280
Equipamentos de Corte e	T	94	Estágio em Contexto de Trabalho	FCT	210				ECCF	188
			Prova de Avaliação Final	FCT					ECT	210
									PAF	
988			1121			2109				

Tratador e Desbaste de Equinos – 8º e 9º ano

1º Ano		CH	2º Ano		CH	3º Ano		CH	Disc.	CHT
Língua Portuguesa	S	100	Língua Portuguesa	S	92				LP	192
Inglês	S	100	Inglês	S	92				ING	192
Cidadania e Mundo Actual	S	100	Cidadania e Mundo Actual	S	92				CMA	192
Higiene, Saúde e Segurança no	S	30	Tecnologias de Informação e	S	43				HSST	30
Tecnologias de Informação e	S	53	Educação Física	S	48				TIC	96
Educação Física	S	48	Matemática	C	100				EF	96
Matemática	C	110	Ciências Naturais	C	60				MAT	210
Ciências Naturais	C	63	Maneio e Equitação	T	225				CNA	123
Maneio, Voiteio e Iniciação à	T	180	Desbaste	T	138				MVE	180
Sanidade e Iniciação à Sela na	T	225	Estágio em Contexto de Trabalho	FCT	210				SISE	225
			Prova de Avaliação Final	FCT					ME	225
									DES	138
									ECT	210
									PAF	
1009			1100			2109				

2.5.2. Cursos Profissionais

Técnico de Gestão Equina – 10º ano

Técnico de Produção Agropecuária – 10º ano

Técnico de Gestão Equina – 12º ano

Técnico de Gestão Ambiental - 12º ano

Técnico de Produção Agropecuária – 12º ano

1º Ano		CH	2º Ano		CH	3º Ano		CH	Disc	CHT
Português	S	100	Português	S	90	Português	S	130	POR	320
Inglês	S	75	Inglês	S	75	Inglês	S	70	ING	220
Área de Integração	S	75	Área de Integração	S	75	Área de Integração	S	70	AI	220
Educação Física	S	45	Educação Física	S	45	Educação Física	S	50	EF	140
Tecnologias de Informação e	S	30	Tecnologias de Informação e	S	40	Tecnologias de Informação e	S	30	TIC	100
Matemática	C	81	Matemática	C	69	Matemática	C	50	MAT	200
Biologia	C	36	Biologia	C	23	Biologia	C	91	BIO	150
Química	C	50	Química	C	50	Química	C	50	QUI	150
Hipologia e Sanidade	T	75	Hipologia e Sanidade	T	75	Hipologia e Sanidade	T	75	HS	225
Equitação	T	225	Equitação	T	200	Equitação	T	100	EQUI	525
Contabilidade e Agricultura	T	75	Contabilidade e Agricultura	T	100	Gestão de Espaços e Eventos Hípicos	T	100	CA	250
Formação em Contexto de Trabalho	FCT	200	Formação em Contexto de Trabalho	FCT	200	Contabilidade e Agricultura	T	75	GEPH	100
						Formação em Contexto de Trabalho	FCT	200	FCT	600
						Prova de Aptidão Profissional	FCT		PAP	
		1067			1042			1091	3200	

Técnico de Produção Agropecuária – 12º ano

1º Ano		CH	2º Ano		CH	3º Ano		CH	Disc	CHT
Português	S	100	Português	S	90	Português	S	130	POR	320
Inglês	S	75	Inglês	S	75	Inglês	S	70	ING	220
Área de Integração	S	75	Área de Integração	S	75	Área de Integração	S	70	AI	220
Educação Física	S	45	Educação Física	S	45	Educação Física	S	50	EF	140
Tecnologias de Informação e	S	30	Tecnologias de Informação e	S	40	Tecnologias de Informação e	S	30	TIC	100
Matemática	C	81	Matemática	C	69	Matemática	C	50	MAT	200
Biologia	C	36	Biologia	C	23	Biologia	C	91	BIO	150
Química	C	50	Química	C	50	Química	C	50	QUI	150
Mecanização Agrícola	T	100	Mecanização Agrícola	T	75	Produção Agrícola	T	75	MEC	300
Produção Agrícola	T	125	Economia e Gestão Agrícola	T	90	Mecanização Agrícola	T	125	EGA	225
Produção animal	T	100	Produção Agrícola	T	125	Economia e Gestão Agrícola	T	135	PA	325
Formação em Contexto de Trabalho	FCT	225	Produção animal	T	75	Produção animal	T	75	PAN	250
			Formação em Contexto de Trabalho	FCT	275	Formação em Contexto de Trabalho	FCT	200	PAP	0
						Prova de Aptidão Profissional	FCT	0	FCT	700
		1042			1107			1151	3300	

2.6. Perfil do aluno

A importância da Escola na educação e formação dos alunos como resposta às necessidades resultantes da realidade social em que se inserem, e com objetivo de lhes proporcionar um desenvolvimento integral, urge garantir a todos que concluem a escolaridade obrigatória um conjunto de competências, conhecimentos, capacidades, atitudes e valores que os torne aptos a investir e a agir de forma livre perante os desafios do mundo atual enquanto cidadão ativo.

Desta forma, e tendo como referência o Perfil dos alunos à saída da Escolaridade

Obrigatória, pretende-se que o aluno seja:

- dotado de literacia cultural, científica e tecnológica que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia;
- livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;
- capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação;
- que reconheça a importância e o desafio oferecidos conjuntamente pelas Artes, pelas Humanidades e pela Ciência e a Tecnologia para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental de Portugal e do mundo;
- capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação;
- apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida, como fator decisivo do seu desenvolvimento pessoal e da sua intervenção social;
- que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta;
- que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os outros, pela diversidade cultural e pelo debate democrático;
- que rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social.

Tendo por base o mesmo documento, referem-se ainda os **valores** que devem orientar os comportamentos dos alunos, nomeadamente:

- **Responsabilidade e integridade** – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.
- **Excelência e exigência** – Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.
- **Curiosidade, reflexão e inovação** – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.
- **Cidadania e participação** – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir



de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.

- **Liberdade** – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.”

Sendo que os princípios que orientam, justificam e dão sentido ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória são:

- **Base humanista** – A escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.

- **Saber** – O saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto.

- **Aprendizagem** – As aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida.

- **Inclusão** – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos.

- **Coerência e flexibilidade** – Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas.

- **Adaptabilidade e ousadia** – Educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.

- **Sustentabilidade** – A escola contribui para formar nos alunos a consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana.

- **Estabilidade** – Educar para um perfil de competências alargado requer tempo e persistência.

B. MISSÃO E VISÃO

1. Missão e visão

Ao doar este fabuloso património ao Estado Português, Júlio de Melo e Matos percebeu há muitas décadas atrás a importância da agricultura no desenvolvimento local e regional. Sessenta anos passados, o motivo de tal gesto não só continua justificado como se encontra ainda mais válido, mercê da situação atual, mormente no que diz respeito ao despovoamento e à desertificação. Por muito importante e apelativa que seja a urbanidade e a tecnosfera, tão promovida e divulgada pela socialização primária e secundária com especial responsabilidade do sistema educativo, os recursos dominantes e abundantes da Beira Interior estão relacionados direta e indiretamente com a agricultura, pecuária e floresta.

Todos os indicadores atuais apontam para dois cenários que concomitantemente amplificarão a sua ação, caso não sejam atenuados: o despovoamento e as alterações climáticas. Embora não estando relacionados cada um destes fenómenos amplifica a ação do outro. Neste contexto, a missão da EPAQL adquire uma importância estratégica na formação de jovens que ocuparão os territórios mais ameaçados contribuindo para a sua preservação e reduzindo a pressão sobre outros territórios com excedentes populacionais.

De igual forma, o espaço florestal da EPAQL apresenta um considerável potencial na preservação da biodiversidade e no desenvolvimento da educação ambiental, sobretudo através do desenvolvimento de projetos dedicados. Constitui, por isso, um sério complemento até para os alunos de outras unidades orgânicas, que não dispõe destes recursos.



Também a parte da equinicultura apresenta um recurso extraordinário que, conforme trabalho dos últimos quatro anos, tem prestado um serviço extraordinário nos jovens e menos jovens que apresentam diversas patologias do foro neuromotor, a frequentar outras unidades orgânicas ou instituições específicas.

É, portanto, neste enquadramento que se releva como missão da Escola a formação de profissionais competentes para atuar nos setores agrícola e florestal, da equinicultura e do ambiente, dotados dos saberes socioculturais, afetivos, científicos e tecnológicos necessários. Para tal fundamenta a sua ação numa oferta formativa e educativa diversificada e adaptada aos grupos alvo de alunos que elegem a EPAQL para o seu percurso formativo. O desenvolvimento dos currícula é realizado tendo por base os princípios da cidadania, autonomia e sentido de responsabilidade, tendo em vista fomentar e desenvolver o espírito crítico, participativo e colaborativo dos alunos.

Em conformidade com os seus recursos e as necessidades regionais, fazendo da EPAQL um parceiro na senda do desenvolvimento sustentável da região, visão que norteia este projeto, estabelecem-se as seguintes diretrizes na sua missão:

- Educar, no sentido mais lato do termo, os seus alunos, dotando-os de competências tais capazes de responder aos desafios da sociedade do seu tempo, transformando-a;
- Fomentar o empreendedorismo;
- Valorizar o seu património;
- Contribuir para a redução das assimetrias sociais dos seus alunos;
- Abrir as suas portas e disponibilizar os seus recursos a outros agrupamentos de forma a inclui-los nos seus projetos educativos;
- Contribuir para o desenvolvimento de competências/atenuação de condicionantes de utentes de instituições de solidariedade social ou de outros estabelecimentos de ensino;
- Participar na proteção e conservação da biodiversidade;
- Promover a cultura no ambiente rural, reduzindo a sua desvalorização face ao ambiente urbano;
- Desenvolver e participar em projetos com outras entidades que visem a experimentação e o ensaio de novos métodos ou tecnologias, ou a preservação do património genético.



2. Análise Swot

I - Pontos Fortes

- Corpo docente maioritariamente estável e com muita experiência no ensino profissional;
- Corpo não docente com capacidade de acompanhar os alunos nos contextos de aprendizagem tecnológico e com sensibilidade de acompanhamento de alunos internos;
- Existência de recursos materiais fundamentais ao desenvolvimento de projetos capazes de consolidar competências;
- A EPAQL é ela própria uma empresa agroflorestal, facto que permite uma adequada formação em contexto de trabalho;
- Possibilidade da realização material das Provas de Aptidão Profissional, tanto na vertente da consolidação como na vertente da inovação/empreendedorismo;
- Elevada taxa de sucesso;
- Duas residências com boas condições para receberem alunos;
- Forte abertura da escola à comunidade, nomeadamente no setor das atividades assistidas por cavalos;
- Aumento do investimento no setor agrário;
- Parcerias com a Câmara Municipal da Covilhã, nomeadamente no âmbito do programa Erasmus+;
- Projetos ERASMUS + KA2, *Teaching and learning*; ERASMUS KA1 “*Vet Learner*”;
- Excelente número de empresas e instituições interessadas no estabelecimento de parcerias;
- Boa oferta de emprego a nível regional;
- O aparecimento das Comunidades Intermunicipais poderá constituir uma oportunidade para novos desafios;
- Novas exigências de formação no setor agroflorestal.



II - Áreas a melhorar

- Número de alunos;
- Assiduidade;
- Motivação;
- Valorização da cultura;
- Salas de aula com fracas condições de conforto;
- Máquinas e alfaías agrícolas em fim de vida;
- Aproveitamento;
- Interdisciplinaridade;
- Comunicação interna e externa.

III - Constrangimentos

- Carência de pessoal não docente;
- Ausência de uma Associação de Pais;
- Reduzida presença dos pais e encarregados de educação;
- Redução da população estudantil;
- Fraco reconhecimento social da atividade agropecuária;
- Permissão da abertura das mesmas ofertas formativas em estabelecimentos de ensino regular, sem os recursos fundamentais ao desenvolvimento dos projetos de ensino;
- Docentes descontentes com a sua carreira profissional;
- Ausência de uma política real de orientação profissional, capaz de responder às necessidades territoriais e atender aos seus recursos;
 - Existência de uma política de sobrevivência de cada estabelecimento de ensino, facto que desconsidera o interesse do aluno;
- Inexistência de transporte público que responda às necessidades dos alunos;
- Ausência de investimentos.

3. A Escola face ao Quadro EQAVET

A Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa tem vindo a adaptar o seu modelo de funcionamento ao Quadro EQAVET, estando em curso a produção de instrumentos de monitorização. De facto, os pontos relevantes presentes nos Blocos de Construção EQAVET, têm sido desenvolvidos nos últimos anos, como sejam o apoio à formação dos recursos humanos, o envolvimento dos diversos *stakeholders*, a utilização de dados para melhoria de processos de EFP, a cultura de gestão e a cultura de autoavaliação. Não obstante a sua presença nos diversos órgãos e estruturas (Conselho Pedagógico, Departamentos, Conselhos de Turma, ...), há sempre necessidade de se melhorar a sua eficácia, de forma a garantir melhores resultados.

Dentro deste âmbito, importa um reforço das parcerias com *stakeholders* externos de forma a ultrapassar condicionamentos sobretudo financeiros decorrentes das regras do Orçamento Geral do Estado.

A gestão e a organização da EPAQL tem seguido, por imperativo legal e opção da Direção cessante, os pressupostos que constam no Quadro EQAVET, sendo evidência disso a participação da EPAQL no programa EPIS. Contudo, a implementação deste modelo implica a construção e utilização de um conjunto de instrumentos que deve continuar a ser implementado.

4. Identificação dos objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos passam por:

A nível dos resultados:

- Taxa de conclusão do curso de 73% nos cursos profissionais;
- Taxa de conclusão do curso de 80% nos cursos CEF

A nível de empregabilidade:

- Taxa de empregabilidade de 80%.

A nível da responsabilidade social:

- Pelo envolvimento de toda a comunidade escolar no desenvolvimento de atividades lúdicas



com alunos e utentes de escolas e de instituições, portadores de deficiências profundas;

- Pelo envolvimento dos alunos e professores em atividades de educação ambiental, destinadas aos agrupamentos locais e regionais que nos visitam;
- Pelo desenvolvimento de parcerias com os empresários locais com vista à resolução de algumas das suas necessidades, nomeadamente aquelas relacionadas com formação e atualização de conhecimentos.

5. Identificação dos indicadores

Os indicadores em uso são:

- Taxa de abandono;
- Taxa de conclusão;
- Taxa de empregabilidade.

6. ENEC

Vivemos num mundo em que, cada vez mais, se assiste e vivencia problemas a uma escala global, como as alterações climáticas, os extremismos/radicalismos, a discriminação e a intolerância, as desigualdades no acesso a direitos fundamentais e as crises humanitárias. Além disso, a globalização e o progresso tecnológico célere parecem ter contribuído para uma deterioração dos relacionamentos interpessoais e sociais, estando a assistir-se a uma época de egocentrismo crescente e de desrespeito por valores fundamentais.

O futuro das comunidades locais/regionais, do país e do mundo, depende da formação de cidadãos/cidadãs informado(a)s, conscientes e preocupado(a)s, que sejam capazes de compreender o que o(a)s rodeia, mas também de encontrar soluções.

Estes desafios são, pois, colocados à educação dos dias de hoje, afigurando-se a escola como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens e competências relevantes nos domínios da atitude cívica individual, do relacionamento interpessoal e do relacionamento social e intercultural. Uma educação de qualidade deve, obrigatoriamente, integrar a formação cidadã, para que as nossas crianças e jovens, que serão os adultos de amanhã, cresçam pautados pelos



valores de cidadania democrática, da igualdade, da tolerância, da integração da diferença, do respeito pelos Direitos Humanos e da sustentabilidade. Desejamos formar adultos responsáveis, autónomos, solidários, tolerantes e participativos; adultos que conheçam e exerçam os seus direitos e deveres com base no diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.

É neste contexto que surge a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), a qual visa conceber uma estratégia de educação para a Cidadania a implementar nas escolas, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor. A ENEC encontra-se ainda em convergência com Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho), o qual constitui um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, enunciando os princípios fundamentais em que assenta uma educação que se quer inclusiva e que aponta para um modelo de escolaridade orientado para a aprendizagem dos alunos, que visa, simultaneamente, a qualificação individual e a cidadania democrática.

6.1. Dimensões da Educação para a Cidadania

a) **A Educação Rodoviária**, que se assume como um processo de formação ao longo da vida que envolve toda a sociedade com a finalidade de promover comportamentos cívicos e mudar hábitos sociais, de forma a reduzir a sinistralidade rodoviária e assim contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

b) **A Educação para o Desenvolvimento**, que visa a consciencialização e a compreensão das causas dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades a nível local e mundial, num contexto de interdependência e globalização, com a finalidade de promover o direito e o dever de todas as pessoas e de todos os povos a participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável.

c) **A Educação para a Igualdade de Género**, que visa a promoção da igualdade de direitos e deveres das alunas e dos alunos, através de uma educação livre de preconceitos e de estereótipos de género, de forma a garantir as mesmas oportunidades educativas e opções profissionais e sociais. Este processo configura-se a partir de uma progressiva tomada de consciência da



realidade vivida por alunas e alunos, tendo em conta a sua evolução histórica, na perspetiva de uma alteração de atitudes e comportamentos.

d) **A Educação para os Direitos Humanos**, que está intimamente ligada à educação para a cidadania democrática, incidindo especialmente sobre o espectro alargado dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, em todos os aspetos da vida das pessoas, enquanto a educação para a cidadania democrática se centra, essencialmente, nos direitos e nas responsabilidades democráticos e na participação ativa nas esferas cívica, política, social, económica, jurídica e cultural da sociedade.

e) **A Educação Financeira**, que permite aos jovens a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e capacidades fundamentais para as decisões que, no futuro, terão que tomar sobre as suas finanças pessoais, habilitando-os como consumidores, e concretamente como consumidores de produtos e serviços financeiros, a lidar com a crescente complexidade dos contextos e instrumentos financeiros, gerando um efeito multiplicador de informação e de formação junto das famílias.

f) **A Educação para a Segurança e Defesa Nacional**, que pretende evidenciar o contributo específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis, bem como a natureza e finalidades da sua atividade em tempo de paz, e ainda contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da matriz histórica de Portugal, nomeadamente como forma de consciencializar a importância do património cultural, no quadro da tradição universal de interdependência e solidariedade entre os povos do Mundo.

g) **A promoção do Voluntariado**, que visa o envolvimento das crianças e dos jovens em atividades desta natureza, permitindo, de uma forma ativa e tão cedo quanto possível, a compreensão que a defesa de valores fundamentais como o da solidariedade, da entreatajuda e do trabalho, contribui para aumentar a qualidade de vida e para impulsionar o desenvolvimento harmonioso da sociedade. A criação de uma cultura educacional baseada na defesa destes mesmos valores reforça a importância do voluntariado como meio de promoção da coesão social.

h) **A Educação Ambiental/Desenvolvimento Sustentável**, que pretende promover um processo de consciencialização ambiental, de promoção de valores, de mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar os alunos para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais. Neste



contexto, é importante que os alunos aprendam a utilizar o conhecimento para interpretar e avaliar a realidade envolvente, para formular e debater argumentos, para sustentar posições e opções, capacidades fundamentais para a participação ativa na tomada de decisões fundamentadas no mundo atual.

i) **A Dimensão Europeia da Educação**, que contribui para formação e envolvimento dos alunos no projeto de construção europeia, incrementando a sua participação, reforçando a proteção dos seus direitos e deveres, fortalecendo assim a identidade e os valores europeus. Pretende-se promover um melhor conhecimento da Europa e das suas instituições, nomeadamente da União Europeia e do Conselho da Europa, do património cultural e natural da Europa e dos problemas com que se defronta a Europa contemporânea.

j) **A Educação para os Media**, que pretende incentivar os alunos a utilizar e decifrar os meios de comunicação, nomeadamente o acesso e utilização das tecnologias de informação e comunicação, visando a adoção de comportamentos e atitudes adequados a uma utilização crítica e segura da Internet e das redes sociais.

k) **A Educação para a Saúde e a Sexualidade**, que pretende dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar físico, social e mental. A escola deve providenciar informações rigorosas relacionadas com a proteção da saúde e a prevenção do risco, nomeadamente na área da sexualidade, da violência, do comportamento alimentar, do consumo de substâncias, do sedentarismo e dos acidentes em contexto escolar e doméstico.

l) **A Educação para o Empreendedorismo**, que visa promover a aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes que incentivem e proporcionem o desenvolvimento de ideias, de iniciativas e de projetos, no sentido de criar, inovar ou proceder a mudanças na área de atuação de cada um perante os desafios que a sociedade coloca.

m) **A Educação do Consumidor**, que pretende disponibilizar informação que sustente opções individuais de escolha mais criteriosas, contribuindo para comportamentos solidários e responsáveis do aluno enquanto consumidor, no contexto do sistema socioeconómico e cultural onde se articulam os direitos do indivíduo e as suas responsabilidades face ao desenvolvimento sustentável e ao bem comum.

n) **A Educação Intercultural**, que pretende promover o reconhecimento e a valorização da

diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos, no respeito pela multiculturalidade das sociedades atuais. Pretende-se desenvolver a capacidade de comunicar e incentivar a interação social, criadora de identidades e de sentido de pertença comum à humanidade.

6.2. Processos orientadores da organização da escola e transversais a todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares

6.2.1. Aprendizagens esperadas em Cidadania e Desenvolvimento

As aprendizagens esperadas assentam nos seguintes três princípios:

- Conceção não abstrata de cidadania;
- Identificação de domínios essenciais em toda a escolaridade;
- Identificação de competências essenciais de formação cidadã (Competências para uma Cultura da Democracia).

Na abordagem da educação para a cidadania propõe-se que se atenda aos três eixos que foram recomendados, em 2008, pelo Documento do Fórum Educação para a Cidadania:

- Atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos);
- Relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo);
- Relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos).



A abordagem a estes domínios deverá privilegiar o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, devendo contribuir, igualmente, para uma melhoria da consecução das metas estabelecidas no Projeto Educativo de Escola, nomeadamente nas prioridades:

- Educar, no sentido mais lato do termo, os seus alunos, dotando-os de competências tais capazes de responder aos desafios da sociedade do seu tempo, transformando-a;
- Promover o sucesso e a disciplina em meio escolar e reduzir o abandono;
- Promover o empreendedorismo;
- Participar na formação de jovens socialmente proactivos;
- Promover a solidariedade;
- Fomentar uma cultura participativa na comunidade e na escola.

Eixos da Cidadania e Desenvolvimento	Metas do Projeto Educativo
Atitude Cívica Individual Relacionamento Interpessoal Relacionamento Social e Intercultural	<ul style="list-style-type: none">▪ Educar, no sentido mais lato do termo, os seus alunos, dotando-os de competências tais capazes de responder aos desafios da sociedade do seu tempo, transformando-a;▪ Promover o sucesso e a disciplina em meio escolar e reduzir o abandono;▪ Promover o empreendedorismo;▪ Participar na formação de jovens socialmente proactivos;▪ Reforçar a união dos laços de Escola com a Comunidade;▪ Intensificar a participação das famílias na vida da escola.

6.2.2. Competências dos alunos a desenvolver ao longo dos Ensinos Básico e Secundário

Descentração e empatia



O/A aluno/a:

- Identifica diferentes pontos de vista;
- Reconhece e considera opiniões e sentimentos alheios;
- Entende e coloca-se na perspetiva do outro;
- Interage com os outros, estabelecendo relacionamentos construtivos;
- Cooperar com os outros na prossecução de objetivos comuns.

Pensamento crítico e criativo

O/A aluno/a:

- Distingue factos de opiniões e interpretações;
- Pesquisa e utiliza informação relevante, avaliando a sua fiabilidade e referindo as fontes;
- Revela capacidade de criar e inovar;
- Analisa criticamente situações sociais e o seu próprio desempenho;
- Ajuíza sobre o que é justo ou injusto em diferentes situações.

Comunicação e argumentação

O/A aluno/a:

- Expressa opiniões, ideias e factos;
- Argumenta e debate as suas ideias e as dos outros;
- Usa adequadamente a expressão oral e escrita para estruturar o pensamento e comunicar;
- Lê, interpreta e produz mensagens numa variedade de meios e suportes;
- Reconhece e usa formas de tratamento interpessoal e institucional conforme os contextos sociais e culturais.

Participação

O/A aluno/a:

- Reconhece que pode influenciar os processos de decisão, individual e coletivamente, através de várias formas de participação;
- Participa nas decisões que dizem respeito a si ou aos seus contextos de vida;

- Demonstra interesse pelos outros e pelo bem comum;
- Utiliza regras do debate democrático e instrumentos de decisão democrática;
- Participa democraticamente, designadamente em representação de outros ou sendo por eles representado;
- Participa em experiências de intercâmbio cultural, de trabalho na escola e de serviço comunitário e reflete sobre elas, tomando consciência das aprendizagens daí decorrentes.

6.3. Organização dos diferentes domínios da educação para a cidadania

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais), o segundo, pelo menos em dois ciclos do ensino básico, o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

1º grupo – por serem áreas transversais e longitudinais, são obrigatórios para todos os níveis e ciclos de escolaridade;

2º grupo – devem ser trabalhados pelo menos em dois ciclos do ensino básico e podendo ainda ser opcionais em qualquer outro ciclo;

3º grupo - têm aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

1º Grupo	2º Grupo	3º Grupo
<ul style="list-style-type: none">• Direitos Humanos• Igualdade de Género• Interculturalidade• Desenvolvimento Sustentável• Educação Ambiental• Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Sexualidade• Media• Instituições e participação democrática• Literacia financeira e educação para o consumo• Segurança rodoviária• Risco	<ul style="list-style-type: none">• Empreendedorismo• Mundo do Trabalho• Segurança, Defesa e Paz• Bem-estar animal• Voluntariado• Outros

Não obstante esta organização, os domínios a trabalhar na Cidadania e Desenvolvimento não devem ser entendidos como partes isoladas de um todo, mas sim como intercomunicantes, tendo na base uma visão holística da pessoa e devendo a sua abordagem privilegiar o contributo de cada um

deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competência inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Perfil do Aluno à saída da escolaridade obrigatória



Valorizar a aprendizagem centrada no aluno, promovendo o seu papel ativo e crítico na construção do conhecimento

6.3.1. Domínios de Educação para a Cidadania a trabalhar em cada Ciclo e nível de ensino

		8º ano	9º ano	11º TPA	11º TGE/TGA	12º TPA/TGE
Domínios obrigatórios para todos os níveis de ensino	Direitos Humanos		X			
	Igualdade de Género		X			
	Interculturalidade					
	Desenvolvimento Sustentável			X	X	X
	Educação Ambiental	X		X	X	X
	Saúde	X	X			
Domínios obrigatórios para dois ciclos do ensino básico	Sexualidade	X	X			
	Média					
	Instituições e participação democrática					
	Literacia financeira e educação para o consumo					
	Risco	X				
	Segurança rodoviária					
Domínios opcionais	Empreendedorismo			X	X	X
	Mundo do trabalho			X	X	X
	Segurança, defesa e paz					

	Bem-estar animal		X		X	
	Voluntariado					
	Outro					

6.4. Formas de Operacionalização em Cidadania e Desenvolvimento

O Decreto-Lei n.º 55/2018 de 06 de julho, no seu artigo 15º refere que:

2 - “Cabe a cada escola aprovar a sua estratégia de educação para a cidadania, definindo:

- a) Os domínios, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade;
- b) O modo de organização do trabalho;
- c) Os projetos a desenvolver pelos alunos que concretizam na comunidade as aprendizagens a desenvolver;
- d) As parcerias a estabelecer com entidades da comunidade numa perspetiva de trabalho em rede, com vista à concretização dos projetos;
- e) A avaliação das aprendizagens dos alunos;
- f) A avaliação da estratégia de educação para a cidadania da escola.”

e ainda que

3- “A componente de currículo de Cidadania e Desenvolvimento, integrando as matrizes de todas as ofertas educativas e formativas:

- a) Constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar;
- b) Mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma.

Complementarmente ao artigo 15º, o artigo 28º altera os princípios da avaliação dos alunos do ensino secundário, estabelecendo que:

“No ensino secundário, independentemente das opções adotadas pela escola, (...), a



componente de Cidadania e Desenvolvimento não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação nos projetos desenvolvidos neste âmbito registada no certificado do aluno.”

Nos Cursos de Educação e Formação de jovens de nível básico e nos Cursos Profissionais (ensino secundário), a componente do currículo Cidadania e Desenvolvimento desenvolve-se com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação.

O processo de ensino, aprendizagem e avaliação nesta disciplina deve integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas por cada aluno e aluna através de evidências.

A escola no seu todo deve assentar as suas práticas quotidianas em valores e princípios de cidadania, de forma a criar um clima aberto e livre para a discussão ativa das decisões que afetam a vida de todos os membros da comunidade escolar.

6.5. Parcerias

Para além das parcerias já existentes e identificadas nos documentos orientadores da Escola, poderão ser estabelecidas novas parcerias no âmbito da Educação para a Cidadania para dar resposta a necessidades identificadas durante a implementação desta Estratégia.

6.6. Avaliação

O processo de ensino, aprendizagem e avaliação neste domínio deve integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas por cada aluno e aluna através de evidências.

A avaliação das aprendizagens da Cidadania e Desenvolvimento está enquadrada pelos normativos legais em vigor para cada nível de ensino.

Os critérios de avaliação para a componente de Cidadania e Desenvolvimento são definidos pelo Conselho de Turma e pela Escola, e validados pelo Conselho Pedagógico, devendo considerar-se:

- a) o impacto da participação dos/as alunos/as nas atividades realizadas na escola e na comunidade.

- b) as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas através de evidência.

A avaliação deverá ser efetuada de forma contínua e sistemática, adaptada às atividades e aos contextos em que ocorre. Assim, as formas de recolha de informação deverão ser diversificadas devendo valorizar-se o desenvolvimento de projetos transdisciplinares.

A avaliação dos alunos/as deve constar, de acordo com as normas definidas, no certificado de conclusão da escolaridade obrigatória.

7. Educação Inclusiva

7.1. Enquadramento

O Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, “estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, com o objetivo de responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (nº 1 do artigo 1.º)

Assumindo uma perspetiva claramente inclusiva este Decreto-Lei e o Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória constitui-se como impulsionador e como suporte à implementação de mudanças quer a nível organizacional, quer a nível do próprio processo educativo.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em 3 níveis de intervenção:

Medidas Universais - diferenciação pedagógica; acomodações curriculares; enriquecimento curricular; promoção do comportamento pró-social; intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

Medidas Seletivas (para alunos cujas necessidades não foram suprimidas pelas medidas universais, a mobilização destas medidas implica a elaboração do Relatório Técnico Pedagógico (RTP), pela equipa multidisciplinar) – percursos curriculares diferenciados; adaptações curriculares não significativas (adaptações ao nível dos objetos e/ou Introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais e

conteúdos através da alteração na sua priorização ou sequenciação); apoio psicopedagógico; antecipação e o reforço das aprendizagens; apoio tutorial.

Medidas Adicionais – a) frequência do ano de escolaridade por disciplinas; b) adaptações curriculares significativas (Introdução de outras aprendizagens substitutivas e/ou Estabelecimento de objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver para potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal); c) plano individual de transição; d) desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado; e) desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social. Caso sejam mobilizadas as medidas previstas nas alíneas b), d) e e), deve ser garantida, no Centro de Apoio à Aprendizagem, uma resposta complementar ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos.

A mobilização de medidas de diferentes níveis é decidida ao longo do percurso escolar, em função das necessidades de cada aluno e medidas de diferentes níveis podem ser aplicadas simultaneamente. A definição de medidas a implementar é efetuada com base em evidências decorrentes da monitorização, da avaliação sistemática e da eficácia das medidas na resposta às necessidades de cada aluno, sendo realizada pelos docentes, ouvidos os EE e outros técnicos que intervêm com o aluno.

A identificação da necessidade de medidas é feita pelo Conselho de Turma/Diretor de Turma/Orientador Educativo/Encarregado de Educação/técnicos, e apresentada ao diretor com explicitação das razões. Este solicita à Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) a sua avaliação. A decisão quanto à necessidade de medidas a implementar compete à EMAEI.

O diretor da escola designa os elementos permanentes da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusivo e, ouvidos estes, o respetivo coordenador.

Ao coordenador da equipa multidisciplinar, além de identificar os elementos variáveis da equipa, cabe-lhe a coordenação do processo, garantindo a participação e acompanhamento pelos pais das medidas previstas.

Neste domínio da Educação Inclusiva há ainda, um conjunto de recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão a mobilizar.

Recursos humanos: técnicos especializados e assistentes operacionais, preferencialmente com formação especializada;

Recursos organizacionais: Equipa Multidisciplinar de apoio à educação inclusiva; centro de apoio à inclusão, etc;

Recursos da comunidade: equipa local de intervenção precoce; comissão de proteção de crianças e jovens; instituições da comunidade, nomeadamente os serviços de atendimento e acompanhamento social do sistema de solidariedade e segurança social, os serviços do emprego e formação profissional e os serviços da administração local; estabelecimentos de educação especial com acordo de cooperação com o Ministério da Educação, etc.

7.2. C.A.A. – Centro de apoio à aprendizagem

O centro de apoio à aprendizagem (CAA) é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências do Agrupamento.

São Objetivos do CAA:

- a) Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- c) Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma. Constituem objetivos específicos do centro de apoio à aprendizagem:
 - a) Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
 - b) Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;
 - c) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
 - d) Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
 - e) Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;



f) Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós -escolar.

7.3. Equipa multidisciplinar de apoio à Educação Inclusiva

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) é constituída por elementos permanentes (um dos docentes que coadjuva o diretor, três membros do conselho pedagógico e um psicólogo) e por elementos variáveis (aqueles que a equipa considerar mais pertinentes). Compete à equipa multidisciplinar: Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva; Propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar; Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem; Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas; Elaborar o relatório técnico - pedagógico, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição previstos, respetivamente; Acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.

7.4. Serviços de psicologia e orientação (SPO)

A Escola tem tido um psicólogo contratado para meio horário. O psicólogo acompanha e apoia alunos com diversas especificidades, problemas de integração e comunicação, necessidades educativas especiais, dificuldades de aprendizagem, dificuldades de concentração, de organização do estudo, procede à avaliação de alunos referenciados para a educação especial, alunos com problemas familiares, e referência de alunos para a CPCJ. O psicólogo desenvolve também, quando se justifica, programas de intervenção nas turmas em colaboração com os diretores de turma/orientadores educativos.

7.5. Tutoria

Tentando colmatar algumas dificuldades no que concerne ao acompanhamento dos alunos mais problemáticos com a criação de tutorias pedagógicas. O docente tutor tem as seguintes competências:

- Desenvolver medidas de apoio aos alunos, nomeadamente de integração, de aconselhamento e recuperação de módulos;



- Promover a articulação das atividades curriculares com atividades formativas no interesse do aluno;
- Desenvolver um trabalho de cooperação com o Diretor de Turma/Orientador Educativo;
- Intervir no âmbito dos Conselhos de Turma dos alunos que apoia;
- Articular a sua atividade de acompanhamento/apoio aos alunos, com o psicólogo e a equipa multidisciplinar;
- Solicitar o apoio/intervenção da Direção sempre que necessário;
- Elaborar os relatórios necessários.

8. Critérios organizacionais e pedagógicos

8.1. Critérios para a constituição das turmas

A constituição de turmas rege-se pela legislação em vigor para cada ciclo/nível de ensino e é aprovada pelo Conselho Pedagógico.

Para dar sentido à sua operacionalização foram definidos os seguintes critérios:

a) O critério primordial é a opção do aluno. Em caso de necessidade será dada prioridade de frequência a alunos com irmãos matriculados, alunos com melhor aproveitamento, alunos residentes no concelho da Covilhã e alunos mais novos.

b) Turmas constituídas. As turmas são constituídas de acordo com as decisões da Tutela devendo ser consideradas as particularidades demográficas e necessidades territoriais.

8.2. Critérios para a elaboração de horários das turmas

A elaboração dos horários das turmas rege-se pela legislação em vigor e ainda de acordo com as orientações emanadas pelo Conselho Pedagógico. Assim, devem ser tidos em conta os seguintes princípios:

a) Atividades letivas:

A Educação Física nunca pode ocorrer no primeiro tempo após a hora do almoço. As aulas de cariz mais teórico devem intercalar aulas de cariz mais prático. No âmbito da flexibilidade curricular e da escola inclusiva, a dinamização de projetos inter e transdisciplinares prevê a



participação de alunos fora do contexto da sua turma.

b) Apoios educativos:

O apoio educativo será disponibilizado em função dos recursos disponíveis. Não havendo tempos sem atividade letiva durante o período letivo, o apoio decorrerá das 17.30 às 19 horas, uma ou duas vezes por semana.

8.3. Critérios para a elaboração de horários dos docentes

A elaboração dos horários dos docentes enquadra-se na legislação em vigor e segue as orientações emanadas do Conselho Pedagógico, sendo tidos em conta os seguintes princípios:

a) Distribuição do serviço letivo:

A distribuição do serviço letivo obedece ao critério legal e ao critério da continuidade, sempre que possível.

b) Atribuição das coordenações pedagógicas:

As coordenações pedagógicas deverão continuar, salvo impedimentos por ausência de recursos.

c) Nomeação dos diretores de curso:

Sempre que possível os diretores de curso deverão ser docentes da área tecnológica, sobretudo nos cursos profissionais. A sua nomeação, obedece obrigatoriamente à disponibilidade horária na componente não letiva, devendo privilegiar-se a continuidade.

d) Nomeação dos diretores de turma/orientadores educativos:

Os diretores de turma/orientadores educativos serão nomeados em função da disponibilidade horária, sendo recomendada a continuidade.

e) Componente não letiva:

Os tempos da componente não letiva serão destinados prioritariamente aos cargos atrás referidos, ao processo de autoavaliação e ao trabalho colaborativo.

9. Autoavaliação

Uma escola aprendente tem que se autoavaliar! Essa autoavaliação é o seu motor de



evolução. As organizações com elevado desempenho solicitam regularmente o *feedback* das suas metodologias realizadas em todos os seus níveis, operação fundamental para a melhoria de processos.

Esta avaliação deve ser sistemática sob pena de os problemas que estão presentes em todas as organizações, tomarem dimensões que dificultem a sua resolução e comprometam os objetivos estabelecidos. Sendo a escola o lugar que a sociedade organiza para promover a socialização das novas gerações, complexifica-se pelas relações e interações que nela têm lugar. Neste ecossistema social reproduz-se a sociedade no seu todo. Interesses e objetivos distintos originam conflitos, e os conflitos originam indisciplina. E aqui perturba-se todo o funcionamento, a estabilidade da organização e o desenvolvimento dos processos.

A autoavaliação, por conseguinte, dotada dos seus instrumentos, deve “auscultar” toda a realidade que caracteriza a escola, não ficando confinada aos valores do aproveitamento e da assiduidade, nem aos procedimentos burocráticos e administrativos legalmente impostos. Motivação, empenho, conforto, interesse, gosto, satisfação, segurança..., todos os descritores capazes de caracterizarem a organização devem ser utilizados.

A avaliação do trabalho executado pelos diversos *stakeholders* é uma prática corrente desta unidade orgânica, cujas metodologias foram sendo implementadas a partir dos modelos desenvolvidos no programa EPIS.

O resultado das diversas avaliações e dos índices de sucesso/insucesso constituem elementos fundamentais de planeamento, atendendo não só aos pontos fortes identificados que importa consolidar, mas também às fragilidades assinaladas cuja redução urge realizar. Por outro lado, os resultados concretos no que concerne ao aproveitamento/abandono, estabelecem pontos de referência que validarão ou não os planos de melhoria aplicados.

10. Cultura de gestão

A gestão precisa de uma liderança forte! Mas uma liderança forte não se traduz num chefe que manda e que decide. Uma liderança forte é sobretudo uma liderança eficaz, uma liderança capaz de criar contextos organizacionais de aprendizagem que procuram e aceitam desafios, que promovem inovações e recusam a perpetuação de zonas de conforto. É uma liderança que reflete



sobre si própria e sobre as suas ações, que partilha sucessos e inspira confiança, que desenvolve uma visão periférica, local onde reside muitas vezes a resposta procurada.

Por outro lado, uma liderança não é algo que se faz aos outros mas que se faz com os outros; torna-se eficaz quando se traduz num percurso transformador que se transforma e é transformante porque a vida e os seus sistemas organizacionais estão em contínua mudança. Nenhum líder é mais inteligente do que o conjunto de todos os seus subordinados e todos eles têm o direito de estar envolvidos em decisões que os afetam. Por isso é fundamental a participação de todos os *stakeholders* numa ação que se pretende democrática e eficaz, com especial intervenção nos órgãos e estruturas de coordenação pedagógicas. Na prossecução deste objetivo, o projeto *Lean* é um instrumento que deve ser utilizado dada a sua eficácia na resolução de problemas e no envolvimento dos *stakeholders*.

Finalmente, a liderança não deve possuir um cariz eminentemente burocrático-administrativo, mas centrar-se na pedagogia, orientada “para a potenciação das aprendizagens dos alunos e para a promoção do sucesso educativo”.



11. Plano de Ação

A- Cultura de Gestão

Ação	Metas	Estratégias	Recursos	Indicadores/Fontes de Evidência
Projeto Educativo	<ul style="list-style-type: none">- Definir- Inovar- Partilhar- Motivar- Delegar	<ul style="list-style-type: none">- Envolver todos os Stakeholders na elaboração do Projeto Educativo.- Definir objetivos comuns.- Responder aos desafios.	<ul style="list-style-type: none">- <i>Stakeholders</i>	<ul style="list-style-type: none">- Projeto educativo.- Atas de reuniões dos diversos órgãos e estruturas.
Plano Plurianual de Atividades	<ul style="list-style-type: none">- Discutir- Decidir- Executar	<ul style="list-style-type: none">- Envolver todos os Stakeholders na elaboração do Projeto Educativo.- Definir objetivos comuns.- Responder aos desafios.- Concretizar o Projeto Educativo.	<ul style="list-style-type: none">- <i>Stakeholders</i>	<ul style="list-style-type: none">- Número de atividades propostos e graus de consecução.- Atas de reuniões dos diversos órgãos e estruturas.
Comunicar	<ul style="list-style-type: none">- Detetar riscos.- Atuar.- Aumentar eficácia.	<ul style="list-style-type: none">- Melhorar canais de comunicação.- Criar instrumentos de monitorização.		<ul style="list-style-type: none">- Atas de reuniões dos diversos órgãos e estruturas.
Rentabilizar	Mais eficiência no aproveitamento dos recursos.	<ul style="list-style-type: none">- Arrendamento de instalações nos períodos de férias e interrupções escolares.- Utilização mais eficaz da FCT nos vários setores produtivos da escola.- Aproveitamento de projetos para gerar receitas.	<ul style="list-style-type: none">- Todos os recursos materiais e Humanos da EPAQL.	<ul style="list-style-type: none">- Valores de receitas gerados.



B- Garantia da Qualidade da Formação

Ação	Metas	Estratégias	Recursos	Indicadores/Fontes de Evidência
Plano de Ação Estratégico	<ul style="list-style-type: none">- Intervenção sob os alunos em risco.	<ul style="list-style-type: none">- Intervenção precoce do Diretor de Turma/Orientador Educativo a partir das recomendações dos Conselhos de Turma.- Constituição de uma equipa de apoio de acordo com a legislação em vigor, a qual desenvolverá um acompanhamento contínuo dos alunos em risco.	<ul style="list-style-type: none">- Docentes do conselho de turma.- Outros docentes.- Psicólogo	<ul style="list-style-type: none">- Número de módulos e UFCD,s recuperados.- Número de faltas recuperadas.
Projetos de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none">- Melhoria da motivação.- Redução do absentismo.- Promoção do sucesso.- Garantia da qualidade da formação.- Abertura da Escola à comunidade.- “Captura” de novos alunos.- Valorização dos recursos da Escola.- Promoção do empreendedorismo.	<ul style="list-style-type: none">- Gestão dos ecossistemas da Escola na senda da conservação da biodiversidade, a saber: bosques, ecossistemas aquáticos e ecossistemas agrícolas.- Desenvolvimento de culturas no modo biológico.- Instalação de um viveiro vocacionado para a propagação de espécies ameaçadas.- Conceção e construção de maquetes relacionadas com a preservação do solo e a conservação da água.- Realização de atividades de	<ul style="list-style-type: none">- A maior parte dos recursos necessários ao desenvolvimento dos projetos estão na Escola, fazendo parte dos seus recursos endógenos. Os restantes serão obtidos através de parcerias com instituições (ex: Escola Superior Agrária de Castelo Branco) e com recurso ao voluntariado.- Os projetos devem fazer parte das estratégias de Ensino aprendizagem e resultarem da interdisciplinidade.	<ul style="list-style-type: none">- Número de projetos e/ou dimensão do mesmo.- Atas de reuniões dos diversos órgãos e estruturas.- Número de alunos envolvidos.- Documentos/materiais produzidos.



		<p>identificação da biodiversidade e a sua apresentação e divulgação por via digital.</p> <ul style="list-style-type: none">- Produção de Storytellings e de hipervídeos temáticos.		
Atividades assistidas por cavalos		<ul style="list-style-type: none">- Continuação da abertura da Escola à comunidade, sobretudo no que diz respeito aos jovens portadores de problemas do foro psicomotor, através de atividades esquestres intervencionadas por alunos dos cursos de Gestão Equina.- Conceção e realização de eventos esquestres abertos à comunidade (concursum, exposições).- Continuar e aprofundar a parceria com a Câmara da Covilhã.	<ul style="list-style-type: none">- Cavalos com temperamento e atitudes adequados à função.- O picadeiro coberto com o piso apropriado.- Stakeholders internos.	<ul style="list-style-type: none">- Número de utentes recebidos.- Números de eventos realizados.
Projetos de inovação e empreendedorismo		<ul style="list-style-type: none">- Realização de ensaios com novas culturas, com especial recurso às Provas de Aptidão Profissional.- Participação de stakeholders externos na promoção destas temáticas.- Produção de storytellings e de hipervídeos temáticos.	<ul style="list-style-type: none">- Programa Erasmus+;- Stakeholders internos.	<ul style="list-style-type: none">- Número de storytellings.- Atas de reuniões dos diversos órgãos e estruturas.



Projetos de agricultura sustentável		<ul style="list-style-type: none">- Maior intervenção dos alunos na gestão dos ecossistemas agroflorestais, acompanhamento, quando possível, a totalidade da respetiva fileira, sobretudo na Formação em Contexto de Trabalho.- Produção de storytellings e de hipervídeos temáticos.	<ul style="list-style-type: none">- Recursos endógenos da Escola.- Stakeholders internos.	<ul style="list-style-type: none">- Número de storytellings.- Atas de reuniões dos diversos órgãos e estruturas.
Apoio	Redução do insucesso	<ul style="list-style-type: none">- Todos os docentes terão, em função do seu horário, tempos semanais para a recuperação de faltas ou módulos/UCFD's.	<ul style="list-style-type: none">- Tempos destinados ao apoio.	<ul style="list-style-type: none">- Número de recuperações.
Colóquios	<ul style="list-style-type: none">- Promoção da cultura;- Abertura da Escola à comunidade;- Ensaios de cidadania.	<ul style="list-style-type: none">- Realizar periodicamente colóquios de temáticas diversas e adequadas aos tempos e objetivos.	<ul style="list-style-type: none">- Docentes da Escola;- Docentes de outras escolas;- Empresários;- Técnicos.	<ul style="list-style-type: none">- Número de colóquios
Residência				